

DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS WEBSITES DOS ARQUIVOS PERMANENTES E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Paula Regina Ventura Amorim GONÇALEZ

Mestre em Ciência da Informação
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista (UNESP)
paulagoncalez@marilia.unesp.br

Maria José Vicentini JORENTE

Doutora em Ciência da Informação
Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação e do
Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciência
Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus de Marília
mjjorente@marilia.unesp.br

Resumo

Arquivos Permanentes, presentes no campo de atuação da Ciência da Informação, têm como objetivo a guarda, a preservação, a organização, a divulgação e a disseminação de seus acervos documentais, com a finalidade de garantir o acesso às informações por eles custodiadas. Com as tecnologias presentes já na metade do século XX e com o fortalecimento do uso dessas tecnologias na produção digital, a partir dos anos 90 do século XX, mudou-se o enfoque do documento para as informações nele contidas. Desta forma, alguns arquivos permanentes dos estados brasileiros têm se utilizado da *Web* para cumprir seus objetivos de uma maneira extensiva, pois, nos ambientes digitais eles podem fazê-lo de maneira rápida, simples e dinâmica. Orientados pelo direito ao acesso às informações e aos documentos, hoje garantido por lei a todos os cidadãos e com as possibilidades de acesso proporcionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), os Arquivos Permanentes que custodiam os documentos deveriam disponibilizar seus conteúdos documentais a todos que necessitem da informação, inclusive a disponibilização de tais instituições em interfaces móveis que hoje fazem parte da vida dos usuários. Este trabalho teve como objetivo analisar como as informações dos Arquivos Permanentes dos estados brasileiros estão disponibilizadas na *Web*. A metodologia consistiu em uma investigação teórica baseada nos princípios do Design e Arquitetura da Informação e de nível exploratório, a partir da observação dos sites dos arquivos dos estados brasileiros. Pautamo-nos nas últimas Diretrizes Gerais para a Construção de *Websites* de Instituições Arquivísticas, elaboradas pelo CONARQ em 2000 e no instrumento de avaliação DaSilva: o primeiro avaliador de acessibilidade em português para *Websites*. Verificamos como resultados que a maioria dos Arquivos Permanentes dos estados brasileiros, disponíveis na *Web*, apresenta problemas de complexidade variada. Tais problemas interferem no acesso efetivo à informação constante nos documentos custodiados pelas instituições arquivísticas em diversos níveis.

Palavras-Chave: Arquivos Permanentes. *Web*. Acesso à Informação. Mobilidade.

DISSEMINATION OF INFORMATION ON THE WEBSITES OF THE PERMANENT ARCHIVES AND THE NEW TECHNOLOGIES OF INFORMATION AND COMMUNICATION

Abstract

Permanent archives, present in the practicing field of Information Science, aim at custody, preservation, organization, dissemination and spread of their document collections, in order to ensure access to all information guarded by them. With the technologies already present in the first half of the twentieth century and the enhanced use of these technologies in digital production, from the 90s in the twentieth century, the focus of the document was moved to the information contained in it. Therefore, some permanent archives of the Brazilian states have used the Web to fulfill their goals in a large way, because they can be faster, simpler and more dynamic using the digital environments. Guided by the right of the access to information and documents, now guaranteed by law to all citizens and with the access possibilities offered by the Information and Communication Technologies (ICT), the permanent Archives that guard the documents should be made available their documental contents to those who need information, including the availability of such institutions in mobile interfaces that are now part of the users' lives. This study aimed to analyze how the information of the Permanent Archives of the Brazilian states is available on the Web. The methodology consisted of a theoretical investigation based on the principles of Design and Information Architecture and of an exploratory level, from the observation of the state archive sites. The research was anchored in the last General Guidelines for Building archival Institutions Websites, designed in 2000 by CONARQ and DaSilva's assessment tool: the first accessibility evaluator in Portuguese for websites. As a result, it was verified that most of the Permanent Archives of the Brazilian states, available on the Web, present problems of varying complexity. Such problems interfere in the effective access to the information contained in the documents guarded by the archival institutions at various levels.

Keywords: Permanent Archives. Web. Information Access. Mobility.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) (2009, p. 169), a palavra custódia é definida da seguinte maneira "*Responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independente do vínculo da propriedade*", isto é, as instituições arquivísticas custodiam a memória coletiva nacional. Nas últimas décadas, muitas transformações estão sendo sentidas nesta área devido às alterações pertinentes ao contexto socioeconômico, cultural e tecnológico, favorecidas pela introdução do digital e da *Internet*. Destarte, a forma de acesso, guarda e transferência ao patrimônio cultural da humanidade foi modificada.

Quando consideramos os Arquivos Permanentes dos estados brasileiros como lugares de memória, portanto reconhecidos como bens patrimoniais, podemos afirmar que

essas instituições custodiam os documentos (suportes materiais de informação), para a preservação, a divulgação e a disseminação da informação neles contidas, com a finalidade de garantir o acesso à informação.

Com as tecnologias presentes já na metade do século XX e com o fortalecimento do uso dessas tecnologias na produção digital, a partir dos anos 90 no século XX, tornou-se possível mudar o enfoque que incidia sobre o documento, para a informação nele contida, disseminando-a de forma extensiva na *Web*.

As instituições arquivísticas estão presentes nos ambientes digitais, representados por seus *Websites* que, por meios de recursos tecnológicos oferecidos pela *Web* e com as possibilidades de acesso proporcionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), deveriam disponibilizar seus conteúdos documentais e propiciar o acesso e o uso das informações a todos que delas necessitem e as busquem.

Considerando essa nova realidade, buscamos determinar como ocorre a disseminação da informação nos *Websites* dos Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros, fazendo uma análise parametrizada pelas orientações constantes na Lei de Acesso à Informação (promulgada em 2011 e cujo cumprimento tornou-se obrigatório no território brasileiro desde novembro de 2012) e pelas diretrizes elaboradas pelo CONARQ, em 2000 (Diretrizes Gerais para a Construção de *Websites* de Instituições Arquivísticas), a respeito das maneiras como as informações estão dispostas nos *Websites* das instituições públicas estaduais arquivísticas e observando se atendem ou não às diretrizes recomendadas pelo CONARQ. Temos em foco que o acesso à informação é requisito essencial para o conhecimento, direito e cidadania, encontrando na *Internet* sua grande aliada.

As recomendações das Diretrizes buscam facilitar a interpretação e o acesso às informações custodiadas pelas instituições arquivísticas, para que sejam captadas pelos usuários que, no século XXI, querem ser satisfeitos rapidamente, almejam liberdade na busca, não têm trajetos definidos ou limitados e também querem opinar, interagir e contribuir.

Para Ribeiro (2005), quando facilitamos o acesso às informações arquivísticas, ampliamos o paradigma de custódia com a inserção da ideia de acesso ao conteúdo.

Em 2010, o CONARQ, entendendo a significativa contribuição que é a digitalização para a ampliação do acesso e disseminação dos documentos arquivísticos através da

Tecnologia da Informação e Comunicação, faz a *Recomendação para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes*, visando auxiliar as instituições que custodiam os acervos de valor permanente documental, no sentido de facilitar o acesso aos documentos presentes nos fundos.

A partir da análise dos arquivos permanentes estaduais brasileiros, na ambiência digital, pudemos avaliar a mudança de paradigma na prestação de serviços à comunidade por essas instituições. A modificação ocorrida na exposição da informação nos serviços dos Arquivos Permanentes amplia os ambientes informacionais e a forma de acesso a eles, independentemente de sua localização física, tornando-os globais. Para Ohira et al. (2005, p. 51), “a Internet é um recurso de enorme potencial para a ampliação de serviços aos usuários de Arquivos”.

Outro fator de importância que influencia o processo de transferência da informação interferindo nele é a adequação dos ambientes digitais ao usuário, quanto à usabilidade, à arquitetura da informação e ao *design* centrado no usuário: para que seja construído o conhecimento a partir das informações encontradas nas páginas da *Web*, é preciso que os ambientes informacionais digitais estejam adequados às necessidades e às competências informacionais de quem se quer abordar.

Diante desse cenário, refletimos que os *Websites* guardam a reprodução dos documentos dos Arquivos Permanentes na ambiência digital: assim, deparamo-nos com uma representação que oportuniza o acesso à informação para a construção de novos conhecimentos.

No entanto, verificamos, como resultados, que a maioria dos Arquivos Permanentes dos estados brasileiros disponíveis na *Web* apresenta problemas de complexidade variada.

Tais problemas interferem no acesso efetivo à informação constante nos documentos custodiados pelas instituições arquivísticas em diversos níveis avaliados pela pesquisa. A pesquisa se justifica na medida em que apresenta o estado da arte da presença dos Arquivos Permanentes dos estados brasileiros na *Websfera* e contribui para a produção do conhecimento na Ciência da Informação no que se refere à apresentação da informação como agente facilitador na descoberta, na seleção e na aquisição das informações disponíveis sobre os Arquivos Permanentes nos ambientes digitais.

2 APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO E ACESSO A ELE NOS AMBIENTES DIGITAIS DOS ARQUIVOS PERMANENTES

Nosso contexto sociocultural caracteriza-se pela rapidez com que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão se desenvolvendo, originando profundas transformações no universo informacional em todas as áreas do conhecimento. A produção ampliada de informações, a partir do uso das tecnologias de informação, exige como consequência o aumento da disponibilização da informação na forma visual, com o objetivo de facilitar a compreensão e a apropriação, por parte do usuário das informações que gerem conhecimento.

Assim, a Ciência da Informação amplia sua área de atuação para a ambiência informacional digital, principalmente nos ambientes da *Web*, atualmente voltando-se para as questões concernentes à mobilidade que possibilitam a disseminação da informação de forma extensiva, confirmando como a forma da apresentação da informação é extremamente importante para a compreensão e construção de novos conhecimentos por parte do usuário, principalmente quando nos valemos de recursos digitais.

Paul Otlet, no final dos anos 1930 até sua morte em 1944, discutia modos de integração e distribuição do conhecimento através de mecanismos que, em dias atuais, reconhecemos como diferentes tipos de interfaces.

A preocupação de Otlet era estabelecer como a apresentação da informação, na forma até mesmo imagética, era importante para a compreensão e apropriação do conhecimento. Em *Traité de documentation* de 1934, ele faz a proposta da ferramenta de formatação que pode ser comparada aos programas atuais de texto, que contêm ferramentas tais como as do *Word* e do *Clipart*, formadas de linhas curvas e quebradas, de formas poligonais e circulares, enfim, todas as unidades básicas para a composição de diagramas manuais, figuras e desenhos simplificados (HEUVEL; RAYWARD, 2011).

Segundo Heuvel e Rayward (2011, p. 2320, tradução nossa),

Otlet estava particularmente interessado em linguagens visuais que fossem capazes de expressar significados semânticos independentes das línguas naturais com base no texto, mas que poderiam fornecer interfaces para o conteúdo de acervos textuais e museográficos. Seus primeiros pontos de vista da CDU (Classificação Decimal Universal) foram um passo nessa direção em que ele acreditava que poderia formar uma espécie de linguagem universal de códigos numéricos, uma verdadeira linguagem

nova, cujas figuras traduziriam ideias absolutamente comuns para todo mundo científico.

Em decorrência da rapidez com que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão se desenvolvendo e das profundas transformações causadas no universo informacional em todas as áreas do conhecimento, a informação vem adquirindo *status* cada vez mais importante.

A informação tornou-se insumo para viabilização das atividades nos processos culturais, nos processos de ensino e aprendizagem, nos processos de aquisições e construção de conhecimento para a pesquisa científica e tecnológica e em outros setores ou atividades onde o conhecimento humano se faz necessário. Marcondes (2001) confirma a premissa de como a forma da apresentação da informação é extremamente importante para a compreensão e construção de novos conhecimentos, por parte do usuário, principalmente quando nos valemos de recursos digitais tão presentes em nossas vidas nos dias atuais.

Assim, cabe afirmar que a relação mais evidente entre a Ciência da Informação e a apresentação da informação nos ambientes digitais da sociedade em rede está na proposta voltada para as tarefas do usuário; aquelas que são desempenhadas pelos usuários quando estão buscando ou fazendo uso de instrumentos de representação da informação em ambientes informacionais (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2008).

Em tempos contemporâneos, intensas mudanças ocorreram na forma de difusão e aquisição da informação, bem como na maneira de integração e na comunicação entre as diferentes estruturas sociais por meio de sistemas de informações em ambiente *Web*. Ocorreu uma ampliação no paradigma de custódia e acesso aos conteúdos documentais, ou seja, o acesso à informação através das mídias disponíveis e acessíveis. Diante disso, o acesso, o uso e o reuso da informação se constituem como principais quesitos dos serviços de informação.

Segundo Angeloni (2003, p. 20), “a tecnologia exerce um papel essencial tanto na comunicação e no armazenamento de dados, das informações e dos conhecimentos como na integração dos tomadores de decisões”.

Desta maneira, *sites* se valem do *design*/arquitetura da informação com o objetivo de facilitar o acesso e o uso da informação.

O *design* de apresentação dos arquivos representa um princípio de facilitação do acesso ao conhecimento e de sua utilização como auxiliar na construção da memória social e da cidadania ao se disponibilizarem ali, de forma ampla, fontes primárias de informações, ensejadas por imagens atraentes e apresentadas com apelo estético.

A partir da *Web*, profundos desdobramentos relacionados aos procedimentos sociais de geração, guarda, transferência e acesso ao patrimônio cultural da humanidade podem ser criados. Nesse sentido, os recursos digitais oferecem inúmeras possibilidades de acesso e preservação dos documentos e, frente a esse novo cenário, os arquivos, as bibliotecas e os museus têm digitalizado e disponibilizado suas coleções na *Internet*. (RIBEIRO, 2010).

Como exemplo, citamos o *Digital Vaults*, (<http://www.digitalvaults.org/>) que é:

[...] um incitador de construção de conhecimento, que parte de uma modelagem baseada nos moldes dos Instrumentos de Pesquisa dos arquivos físicos e tradicionais: situa-se como um misto entre guia e catálogo interativo com vocação imagética, isso é, para ser elaborado visualmente por uma Gestalt sintética. De forma diversa à dos Arquivos compartimentados de acordo com suas origens pelo princípio dos fundos, o ambiente digital é dinâmico, fluido e híbrido (JORENTE, 2012, p. 7).

Os Arquivos Permanentes dos ambientes digitais têm condições para se apresentarem como um sistema informacional inovador, que proporciona o acesso ilimitado à informação e, desta forma, ampliam o paradigma de custódia.

Arquivos Permanentes são locais que abrigam a memória e o patrimônio cultural de uma sociedade, os quais precisam ser disponibilizados de maneira rápida, fácil e acessível a todas as pessoas. Considerando a finalidade dos arquivos e o texto legal que assegura ao cidadão o acesso à informação, a digitalidade influenciou a ampliação do paradigma de custódia. Atualmente, cidadãos encontram-se possibilitados pelas TICs que agem como instrumentos facilitadores da mediação no ambiente digital que, nesse momento, não são mais ambientes, pois a disponibilização das informações custodiadas pelas Instituições do Patrimônio Cultural, agora disponíveis em seus *Websites*, faz com que as barreiras físicas e sociais sejam minimizadas. O ambiente físico não é mais um limitador de acesso à informação, uma vez que as tecnologias tornam-se disseminadoras da informação e os *Websites* estão disponíveis a quem os acessar. Assim, qualquer pessoa que tenha um terminal de computador ligado à *Internet* tem acesso à cultura e, com isso, à possibilidade da construção do conhecimento.

Zanetti (2011) considera que os impactos das tecnologias digitais, no cotidiano dos indivíduos, ajudam a representar a relação informacional/comunicacional e tecnológica digital. Dessa forma, propõe a noção de “Cultura do Compartilhamento”, ou seja, não somente o aparato tecnológico possibilita o desenvolvimento da produção, da distribuição e do intercâmbio dos conteúdos digitalizados, mas também há a interação dessas práticas pelos sujeitos sociais.

A autora também pontua que não se trata de um fenômeno, mas de um modo de sociabilidade que resulta da convergência entre vários aspectos da cibercultura.

Em dias atuais, as instituições arquivísticas promovem a socialização de seus conteúdos através de seus *Websites* e criam condições para a cultura do compartilhamento, que possibilita a difusão de seus conteúdos e atende aos usuários por meio de serviços em que o sujeito interage com a instituição de forma participativa, ao pedir uma informação, dar sua opinião ou de forma colaborativa ao fazer doações que enriquecem e ampliam os acervos, visto que essas instituições reúnem provas materiais e imateriais pertinentes à memória social.

Para Bufrem e outros (2010, p. 23), a influência da *Internet* tem acontecido da seguinte maneira:

O formato e a rapidez no acesso às informações têm sido influenciados pela Internet, fenômeno que transformou os modos de produção e recuperação dos produtos do conhecimento. A plataforma da *World Wide Web* tornou onipresente uma entidade antes rara: o ambiente de informações compartilhadas, concretizando o que tem sido denominado de *site* ou sítio.

Nesses ambientes informacionais compartilhados que impõem um novo formato e rapidez no acesso à informação, as atividades informacionais estão sendo,

[...] em muito facilitadas por usos progressivamente intensificados do *design* da interação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e pelas novas possibilidades criadas por essas novas conceituações e aplicações do *design* nos ambientes da *Web* para a criação, o tratamento e a disponibilização da informação (JORENTE, 2012, p. 2).

Nesse cenário, afirmamos que os arquivos permanentes dos estados brasileiros em seu espaço digital podem se valer deste *design* que é representado pela convergência de linguagens textuais, imagéticas e sonoras, em que seu escopo seja o de favorecer a ampliação nas cognições dos sujeitos que interagem com o meio e de ampliar os espaços

institucionais guardiões da memória coletiva, expandindo o seu papel de custodiadores do patrimônio físico (JORENTE, 2012).

Os documentos custodiados pelos arquivos tais como fotografias, mapas, filmes, documentos textuais, filmes e gravações justificam sua exposição e disponibilização nos *sites* dessas instituições por permitirem, dessa forma, serem acessados por quem necessite dessas informações e não têm a oportunidade de obtê-las pessoalmente. Todavia, os documentos em seu suporte físico estarão disponíveis ao público nos endereços físicos de tal instituição. Desta maneira, confirmamos que as funções de guarda e custódia foram preservadas.

Para que os recursos informacionais nas instituições arquivísticas sejam disseminados, eles necessitam de tratamento documentário, e uma das etapas desse processo consiste em definir como a informação será apresentada aos usuários, o objeto de estudo deste trabalho. É por meio desta disponibilização de informação no ambiente digital que o usuário tomará a decisão de ir ou não ao arquivo, saberá se poderá ter acesso ao documento de forma remota ou ainda obterá informações de como entrar em contato com o responsável da instituição.

Para que os usuários possam tomar tais decisões é de suma importância a divulgação dos fundos e dos Instrumentos de Pesquisa e para encontrar as informações que procuram de maneira fácil, rápida e segura, faz-se necessário que o *Website* eleja a acessibilidade e a facilidade de navegação como quesitos básicos, apresente seus conteúdos e ideias de forma clara e organizada, priorizando a navegação intuitiva por meio de interfaces de modo a tornar a interação humano-computador o mais amigável possível. Por outro lado, para que todas as pessoas tenham acesso à *Web*, independentemente do tipo de usuário, situação ou ferramenta, urge criar um mecanismo que torne as ferramentas e as páginas da *Web* acessíveis a um grande número de usuários, incluindo as pessoas com necessidades especiais, pessoas idosas, usuários que se utilizem de navegadores alternativos e de acesso através dos dispositivos móveis.

Assim, o CONARQ (2000) elegeu, em suas diretrizes, itens que oferecem ao usuário mecanismos e informações para que seu acesso seja facilitado e fluido.

O acesso à informação é requisito essencial para o conhecimento, direito e cidadania, que têm se tornado o principal objetivo da sociedade da informação. A disseminação da informação encontra na *Internet* sua grande aliada.

3 LEGISLAÇÃO

Os Arquivos Permanentes eram vistos como um espaço principalmente de custódia, isto é, de guarda de documentos, e atendiam a um número reduzido de usuários, pois se restringiam a um grupo de especialistas ou historiadores e serviam de subsidiário da história e da memória social e política. Devem, agora, inclusive por força de lei, disponibilizar seus conteúdos documentais de forma eficiente a todos os que precisarem da informação. Como todo indivíduo tem direito à informação custodiada por essas instituições arquivísticas, novas formas de acesso deverão facilitar a sua busca, uso e reuso, exigências essas já minimizadas pelo uso das TICs. O direito à informação foi formalizado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, contemplado no artigo 19, nos seguintes termos:

Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias, por quaisquer meios e independentes de fronteiras (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, art.19, 1948).

O Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso à informação:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

Também foram criadas leis que asseguram o direito à acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, como o Decreto Lei de n.5.296, de 2 de dezembro de 2004, que define acessibilidade como:

I – acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Esse decreto também define outras barreiras da comunicação:

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de

mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (BRASIL, 2004).

Diante deste respaldo legal, fica estabelecido que todo cidadão tem direito ao acesso às informações, e a *Word Wide Web* pode oportunizar a qualquer pessoa a sua participação na nova era da informação, oferecendo também benefícios significativos às pessoas com necessidades especiais.

4 ARQUIVOS PERMANENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS

Considerando a finalidade dos arquivos e o texto legal para assegurar ao cidadão o acesso à informação, este artigo apresenta uma análise dos *Websites* dos Arquivos Permanentes dos estados brasileiros.

Nesse levantamento, identificou-se que, dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, 17 Arquivos Permanentes estaduais podem ser encontrados na *Web*: Arquivo Público de Alagoas, Arquivo Público da Bahia, Arquivo Público do Ceará, Arquivo Público do Distrito Federal, Arquivo Público do Espírito Santo, Arquivo Público de Goiás, Arquivo Público do Maranhão, Arquivo Público do Estado do Mato Grosso, Arquivo Público de Minas Gerais, Arquivo Público do Pará, Arquivo Público do Paraná, Arquivo Público de Pernambuco, Arquivo Público do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Rio Grande do Norte, Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Arquivo Público de Santa Catarina. A partir dessa verificação, foram analisados 16 arquivos disponíveis na rede, devido ao *Website* do Arquivo Público do Estado do Mato Grosso ainda estar em desenvolvimento.

Apesar de alguns arquivos não se configurarem como um *Website* e sim como uma página inserida em um *Website* de uma Secretaria na qual o Arquivo está vinculado, foi realizada uma análise dos *Websites*, das páginas e dos *blogs*, onde se encontram os arquivos na ambiência digital, isto é, analisamos os arquivos que se utilizam da *Internet* para disponibilizar informações relativas aos serviços e produtos oferecidos por eles.

Assim, pudemos verificar que 59% dos Arquivos Permanentes ou Públicos estaduais brasileiros se utilizam da *Internet* para divulgação de seu espaço físico e de seus serviços.

Segundo o CONARQ (2000, p. 4),

O *Website* de uma instituição arquivística deve ser visto como um instrumento de prestação de serviços – dinâmico e atualizável – e não simplesmente como a reprodução de um folder institucional. Trata-se na verdade, de um espaço virtual de comunicação com os diferentes tipos de

usuários da instituição a ser gerenciado como parte da política de informação da instituição. Dado o potencial e as características da Internet, este espaço, além de redefinir as formas de relacionamento com os usuários tradicionais, poderá atrair outros que, por várias razões, difícil ou raramente procurariam o arquivo como realidade física.

Para Ohira e outros (2005, p. 51),

A Internet é um recurso de enorme potencial para a ampliação de serviços aos usuários de arquivos. O acesso à imensa quantidade de informações veiculadas pela Internet, aliado à crescente disponibilidade de acervos arquivísticos e bibliográficos em rede, faz prever a redução dos atuais modelos de serviços de arquivos, em função de sua gradativa substituição por Arquivos Virtuais.

O CONARQ, no ano de 2000, com o objetivo de disponibilizar um referencial básico às instituições arquivísticas que querem criar ou redefinir seus *Websites*, propôs as diretrizes pertinentes ao conteúdo, desenho e estruturas para o *Website* das instituições arquivísticas.

Como a proposta deste trabalho é verificar como o usuário poderá ter acesso ao documento de forma remota, a pesquisa iniciou-se na *Home Page*, ou seja, na página principal do *Website* da instituição arquivística ou na página do arquivo que está inserida no *Website* da Secretaria a que o arquivo está vinculado. Assim, partimos do princípio que o desenvolvimento do *Website* pode facilitar a navegação do usuário, e a *Home Page* é que determinará as decisões dos caminhos que o usuário deverá tomar, uma vez que nela está a contextualização dos documentos e as condições e acesso aos acervos. Nesse momento, analisamos as informações gerais, como por exemplo: o que é o arquivo, onde ele se localiza, que tipo de informação o usuário poderá obter na instituição e de que forma ele tem acesso ou não às informações.

Na informação sobre *Website*, apenas cinco arquivos (31,25%) informam sobre seu objetivo no ambiente digital, o que denota inexistência ou falta de independência da instituição.

Na informação sobre a instituição, os dezesseis arquivos (100%) mencionam o histórico da instituição, o endereço físico e as formas de acesso presencial, porém não contemplam a estrutura organizacional, programas de trabalho, quadros de diretores e instrumentos de pesquisa e muito menos documentos com os conteúdos de informações constantes nos arquivos.

Oito arquivos (50%) informam ao usuário o que está disponibilizado na rede, porém só em três desses arquivos (18,75%), os usuários têm acesso a algum documento e quatro

arquivos (25%) possuem um *link* com a Lei de Acesso, o que demonstra que alguns arquivos utilizam a *Web* apenas como um canal de divulgação da instituição.

Dez arquivos (62,5%) evitam os termos técnicos pouco conhecidos, enfatizando-se que nos outros, os serviços são direcionados a especialistas e não ao público em geral; portanto, esses não cumprem a legislação de Lei de Acesso.

Material protegido por *copyright* é contemplado por nove arquivos (56,25%) e a indicação é feita através do símbolo internacional ou da frase: material protegido, o que indica a preocupação das instituições com o direito do autor sobre sua criação, porém somente um arquivo (6,25%) cita o responsável técnico pelo *site*, mas não traz seu *e-mail* pessoal; desta maneira, não satisfaz plenamente ao que é recomendado por este item da diretriz.

Oito arquivos (50%) mantêm *links* atualizados ao estado e à secretaria.

Somente o Arquivo Estadual do Rio de Janeiro (6,25%) disponibiliza o relatório anual da instituição no *Website*, desde 2002, o que constitui um facilitador para que o usuário saiba o que está sendo realizado na instituição.

As diretrizes propostas pelo CONARQ também fazem recomendações quanto aos aspectos arquivísticos, pois é por meio dessa disponibilização de informação, no ambiente digital, que o usuário tomará a decisão de ir ou não ao arquivo, saberá se ele poderá ter acesso ao documento de forma remota ou ainda obterá informação de como entrar em contato com o responsável da instituição através de telefone, *e-mail* ou dos formulários de acesso; dessa feita, ele poderá decidir se precisa fazer a consulta presencial ou não.

Ainda que o usuário não tenha acesso aos documentos e aos conteúdos documentais, é imprescindível constar no ambiente digital os instrumentos de pesquisa, para que assim o usuário tome conhecimento do conteúdo do acervo arquivístico da instituição, porém verificou-se que em apenas nove arquivos (56%), os instrumentos de pesquisa são disponibilizados aos usuários.

No item sobre o acervo (características, datas-limite, quantidade, tipologia, etc.) onze arquivos (68,75%) disponibilizam essas informações na *Internet*.

Quanto à estrutura de funcionamento para o atendimento ao usuário, catorze arquivos (87,5%) disponibilizam principalmente os horários de atendimento do arquivo e como este atendimento se dá, reafirmando o intuito de divulgação das instituições.

A prestação de serviços como a obtenção de cópias dos documentos é oferecida por seis arquivos (37,5%), porém, nenhum desses disponibiliza o *e-mail* do responsável pelo atendimento.

Metade dos arquivos cita seus métodos de trabalho, faz a descrição dos documentos e se utiliza das tecnologias da informação, e quatro arquivos (25%) citam a lei de acesso à informação.

Três arquivos (18,75%) oferecem ao usuário um glossário de termos arquivísticos.

Apesar de 59% das instituições arquivísticas estarem presentes na *Internet*, não podemos deixar de considerar que ainda é um número insuficiente.

Felizmente, no Brasil, o acesso à informação pública se tornou a regra, e o sigilo é a exceção. Busca-se com isso, a superação da cultura do sigilo e a criação da cultura de acesso. Assim, quando os arquivos disponibilizarem suas informações documentais na *Web* objetivando sua disseminação, eles estão cumprindo seu papel na sociedade.

Quanto ao *design* e conteúdo do *Website*, o CONARQ elegeu, em suas diretrizes, itens que oferecem ao usuário mecanismos e informações para que seu acesso seja facilitado e fluido.

O uso do domínio *.gov.br* é atendido por 15 arquivos (93,75%). O mapa do *Website* é contemplado por cinco arquivos (31,25%) e o mecanismo de busca está presente em onze arquivos (68,75%), sendo que em alguns *Websites*, os termos de busca já estão definidos.

Somente o *blog* do Arquivo Público de Pernambuco (6,25%) possui o contador de acessos, porém este item é contemplado em algumas páginas do Arquivo Público do Distrito Federal.

Somente quatro arquivos (25%) colocam a data de atualização de seus *Websites* e/ou de suas respectivas páginas, o que segundo Furquim (2004, p.51) é importante, pois representa a atualidade da informação disponibilizada.

Os Arquivos Públicos Estaduais apresentam precisão gramatical e tipográfica, mas sugerimos uma padronização da linguagem para não ocorrer, por exemplo, que o Arquivo Permanente seja chamado de Arquivo Principal, como ocorre no *Website* do Estado do Ceará.

Serviço de acesso às imagens de documentos, como manuscritos e fotografias, foi verificado em cinco arquivos (31,25%). Em geral legíveis, porém alguns não possuem ferramentas para ampliação.

O Arquivo Público Mineiro (6,25%) oferece a opção da pesquisa em outro idioma.

Utilizam-se do menu *toolbar* em todo *Website* doze arquivos (75%). Para solicitação de serviços, quatro arquivos (25%) utilizam formulários eletrônicos *online*.

Um arquivo está no *Facebook*, no *Twitter* e no *YouTube*; quatro arquivos estão no *Facebook* e no *Twitter*; um arquivo está no *Facebook*; dois estão no *Twitter*, e dois desses arquivos possuem *blog*; assim, oito arquivos (50%) se fazem presentes nas redes sociais e dois arquivos possuem *blog*.

Os *Websites* dos arquivos públicos estaduais são utilizados como um meio para informar sobre os aspectos físicos e sobre os serviços oferecidos pela instituição.

Não foram mencionados por nenhum arquivo os itens:

- ✓ Data de criação do *Website*;
- ✓ Mudança de URL do *Website*;
- ✓ Indicação do responsável pelo *Website* e seu *e-mail*;
- ✓ Utilização de uma seção do tipo “Novidades”, indicando mudanças no *Website*;
- ✓ Garantias de segurança no acesso quando da transmissão de dados especialmente os de caráter sigiloso ou aqueles relativos à privacidade do usuário;
- ✓ Utilização de instrumentos de pesquisa *online* em dois níveis;
- ✓ Instruções para facilitar o *download*: especificações como o tamanho do arquivo, formato(s);
- ✓ Opção de navegação do *Website* sem imagens ou animações;
- ✓ Opção de versão textual no caso de uso de som.

6 ACESSIBILIDADE

Acessibilidade significa a possibilidade de acesso de todo cidadão não somente ao meio edificado aos transportes e às vias públicas, mas também, às TICs, com autonomia e usabilidade. Acessibilidade assegura condições para que a cidadania possa ser exercida plenamente por todos os cidadãos.

No que diz respeito à acessibilidade no ambiente *Web*, Dias (2003, p. 111) faz a seguinte consideração:

A acessibilidade na *Web* significa que qualquer pessoa, usando qualquer tipo de tecnologia de navegação (navegadores gráficos, textuais, especiais para cegos ou para sistemas de computação móvel) deve ser capaz de visitar e interagir com qualquer site, compreendendo inteiramente as informações nele apresentadas.

Com a popularização da *Web*, foi fundado, em 1994, por Tim Berners-Lee, o *World Wide Web Consortium* (W3C), principal organização de padronização da *World Wide Web* (WWW), que tem como finalidade estabelecer padrões para criação e interpretação de conteúdos para *Web*, a fim de facilitar o acesso às informações disponíveis na *Internet*.

Para tanto, em 5 de maio de 1999, foi criado pelo Guia de Acessibilidade para Conteúdos *Web* (*Web Content Accessibility Guidelines - WCAG*) - Guia do W3C, onde são feitas as recomendações para acessibilidade do conteúdo da *Web*, que explicam como tornar o conteúdo *Web* acessível às pessoas com deficiências. É destinado aos criadores do conteúdo *Web* e a programadores, objetivando facilitar o acesso às informações disponíveis na *Web*.

Ao emitir esse Guia, o W3C tem como propósito chamar atenção para suas especificações e promover sua adoção generalizada, com o intuito de maximizar a funcionalidade e a universalidade da *Web*. O WCAG (Guia de Acessibilidade para Conteúdos *Web*) recomenda pontos de verificação para validar acessibilidade à *Web* e a cada ponto de verificação foi atribuído um nível de prioridade. (WCAG, 1999).

- Prioridade 1: pontos que os desenvolvedores de conteúdo *Web* têm absolutamente de satisfazer;
- Prioridade 2: pontos que os desenvolvedores de conteúdo *Web* deveriam satisfazer;
- Prioridade 3: pontos que os desenvolvedores de conteúdos *Web* podem satisfazer. (Guia de Acessibilidade para Conteúdos *Web* - WCAG).

Para que o conteúdo informacional digital possa ser validado e verificado se possui ou não acessibilidade, ferramentas de avaliação automáticas foram criadas, cujos avaliadores se baseiam nos pontos de verificação de cada nível de prioridades.

Para a avaliação dos *Websites* dos Arquivos Públicos dos estados brasileiros, ou dos locais onde se encontram as páginas das instituições arquivistas dos estados, elegemos o *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v.7, n.1, jan./jun. 2014

avaliador DaSilva: o primeiro avaliador de acessibilidade em português para *Websites*. O avaliador DaSilva é mantido pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, e sua interface permite a avaliação simultânea nos três níveis de prioridade. A OSCIP Acessibilidade Brasil é registrada no Ministério da Justiça e está voltada para o desenvolvimento de estudos e projetos que privilegiam a inserção social e econômica das pessoas com deficiência (BRASIL, 2007).

O processo de avaliação é simples: quando se digita o endereço eletrônico do *Website* para avaliação, aparece uma tela contendo o resultado da avaliação em cada nível de prioridade e demonstrando a quantidade de avisos e de erros. Logo abaixo desses avisos, abrem-se 3 abas (Prioridade 1, Prioridade 2 e Prioridade 3) e, cada uma delas traz as respectivas descrições do erro e da recomendação para correção do mesmo.

No caso dos Arquivos Permanentes analisados, os 16 arquivos (100%) possuem erros que dificultam a acessibilidade em suas páginas na *Web*. Esses erros necessitam ser corrigidos, removendo, assim, as barreiras que dificultem, impeçam ou excluam os usuários do acesso e do uso de serviços, produtos e informações pertinentes às instituições arquivistas. Para que essas barreiras sejam ultrapassadas, faz-se necessário que os *Websites* não sejam percebidos como uma mídia puramente visual, pois o problema de acessibilidade não afeta somente os usuários deficientes, mas toda comunidade de usuários, que são excluídos por usarem sistemas e computadores mais antigos ou ainda por se utilizarem de dispositivos móveis para acesso à *Web*. (DIAS, 2003).

Como resultado da consulta feita pelo avaliador DaSilva nos *Websites* dos Arquivos Permanentes dos estados brasileiros, no nível de prioridade um (1), estão os pontos que os criadores do conteúdo da *Web* **têm** de satisfazer inteiramente, para que os usuários não fiquem impossibilitados de compreender as informações.

Os Arquivos Permanentes cumprem de 75% a 93% das recomendações feitas pelo Guia do W3C e aplicadas pelo avaliador DaSilva, para o nível de prioridade 1, não satisfazendo plenamente às exigências; a satisfação dos pontos desse nível de prioridade é um requisito básico para que um determinado grupo de pessoas possa acessar os documentos disponíveis na *Web*. Em decorrência disso, verifica-se que grupos de pessoas não têm acesso ou têm dificuldade de acesso às páginas ou *Websites* de 100% dos Arquivos Permanentes brasileiros da ambiência digital.

No nível de prioridade 2 estão os pontos que os criadores dos conteúdos para *Web* **devem** satisfazer, a fim de evitar que os usuários tenham dificuldades para ter acesso às informações contidas nos documentos.

Dos pontos que devem ser satisfeitos na prioridade 2, propostos pelo Guia do W3C utilizados pelo avaliador DaSilva, os Arquivos Permanentes presentes na *Web* satisfazem de 86,66% a 96,66% das recomendações feitas. Sendo assim, um ou mais grupos de usuários terão dificuldades em acessar as informações contidas nos documentos, impossibilidades que não existiriam se todas as recomendações fossem satisfeitas.

No nível de prioridade 3, estão os pontos que os criadores dos conteúdos para *Web* **podem** satisfazer para melhorar o acesso às informações.

Verifica-se que, no nível de prioridade 3, os arquivos que se fazem presentes na *Web*, cumprem de 89,47% a 94,73% das recomendações do Guia do W3C, seguidas pelo avaliador DaSilva. Portanto, ainda alguns grupos de usuários, que acessem o *Website* ou as páginas de um desses onze Arquivos Permanentes Estaduais, poderão se deparar com algumas dificuldades para acessar informações contidas nos documentos por eles disponibilizadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ambientes virtuais possibilitam inúmeras formas de se fazer a mediação cultural e promover o acesso às informações. Nesse contexto, percebe-se o quanto as TICs e o ambiente digital criam medidas eficazes para que o patrimônio cultural seja encontrado e utilizado, promovendo o conhecimento das riquezas culturais e, por conseguinte, assegurando sua conservação.

Arquivos Permanentes, por meio de seus *Websites*, e seu *design*/arquitetura podem preservar e disponibilizar, de forma efetiva, o patrimônio documental à sociedade. A partir do advento do computador e da sociedade em rede através da *Web*, foi possível a socialização do saber e, conseqüentemente, o empoderamento dos indivíduos que interagem com esses espaços do saber por meio do uso de diferentes recursos e serviços.

Entretanto, embora existam leis e diretrizes, o seu cumprimento pelas instituições arquivísticas estaduais brasileiras, presentes na *Internet*, ainda não é suficientemente atendido para que os Arquivos Permanentes cumpram seu papel efetivo de disseminadores da informação. Percebe-se, também, que os Arquivos Permanentes subutilizam a *Web*

quando a utilizam como meio divulgador e não como meio disseminador da informação, como foi comprovado, ao se constatar que em somente cinco arquivos (31,25%), os usuários têm acesso a “alguns” documentos, agravando-se ainda mais o problema ao se observar que esta pesquisa levou em consideração o acesso a partir de apenas um documento disponibilizado para consulta.

No que tange à acessibilidade dos *Websites* e à ampliação de acesso às informações e aos itens documentais, um longo caminho ainda tem que ser percorrido e, para alcançar os fins propostos, este caminho deve ser iniciado com o cumprimento das diretrizes gerais para a construção dos *Websites* de instituições arquivísticas e das recomendações para acessibilidade do Guia do W3C.

REFERÊNCIAS

ANGELONI, M. T. Elementos intervenientes na tomada de decisões. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 17-22. jan./abr. 2003.

ACESSIBILIDADE. **Missão**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.acesso brasil.org.br?index.php?itemid=46>> Acesso em: 18 out. 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 5, 3 dez. 2004. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 17 out. 2012.

BUFREM, L. S. et al. Modelizando práticas para a socialização da informação: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2. maio/ago. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2012, que dispõe sobre o acesso a informações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 maio 2012. Seção 1. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=772&sid=54>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

_____. **Diretrizes gerais para a construção de Websites de instituições arquivísticas**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://arquivonacional.gov.br/pub/virtual/diretrizes.htm>> Acesso em: 18 out. 2012.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.7, n.1, jan./jun. 2014

_____. **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes.**

Disponível em:

<http://www.conarq.Arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizacao.pdf> Acesso em: 15 jun. 2012.

DASILVA, DaSilva – **Avaliador de acessibilidade para Websites.** [S.l.], 2008. Acessibilidade Brasil. Disponível em: <<http://www.dasilva.org.br>> Acesso em: 17 out. 2012.

DIAS, C. **Usabilidade na Web:** criando portais mais acessíveis. Rio de Janeiro: Alta Books, 2003.

FURQUIM, Tatiana de Almeida. Fatores motivadores de uso de site Web: um estudo de caso. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 1, p. 48-54, jan./abr. 2004.

HEUVEL, C.; RAYWARD, W.B. Facing Interfaces: Paul Otlet Visualizations of Date Integration. **Journal of the American Society for Information Science and technology**, New York, v. 62, n. 12, p. 2313-2326, dez. 2011. Disponível em: <<http://onlinekibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.21607/full>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional Requirements for Bibliographic Records.** [S.l.], 1997. As amended and corrected through February 2008. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/frbr/frbr_2008.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2009.

JORENTE, M. J. V. National Archives experience digital Vaults: design e interação convergindo informações em regime pós-custodial. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENANCIB, 2012. p. 1-16.

LEMOS, A. Cultura da mobilidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 40, p. 28–35, dez. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/6314/4589>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

MARCONDES, C. H. Representação e economia da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 61 -70, jan./abr. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a08v30n1.pdf>> Acesso em: 22 maio 2011.

OHIRA, M. L.B. et al. Arquivos públicos estaduais do Brasil: avaliação das funções – conteúdo dos sites. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 10, n. 1, p. 50-75, jan./dez. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos humanos.** Brasília, DF, 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legisintern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 5 abr. 2011.

RIBEIRO, F. **Os arquivos na era pós-custodial:** reflexões sobre a mudança que urge operar. [S.l.], 2005. Disponível em: <[Arquivosnaerapscustodial000073169.pdf](#)> Acesso em: 10 fev. 2011.

W3C. **WCAG:** Web Content Accessibility Guidelines 1.0. [S.l.], 1999. Disponível em: <<http://www.w3.org/TR/WAI-WEBCONTENT/>> Acesso em: 5 out. 2012.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.7, n.1, jan./jun. 2014

W3C. **W3C**: WEB ACCESSIBILITY INITIATIVE, W3C... Logos conformidade. [S.l.], [s.d.].
Disponível em: < <http://www.w3.org/WAI/> > Acesso em: 12 nov. 2012

ZANETTI, D. A cultura do compartilhamento e a reprodutibilidade dos conteúdos.

Ciberlegenda, n. 25, p. 60–70, 2011. Disponível em:

<<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/496/289>> Acesso em: 5 jul. 2012.